

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasília Class.: 307

Data: 14/03/82 Pg.: 04 e 05

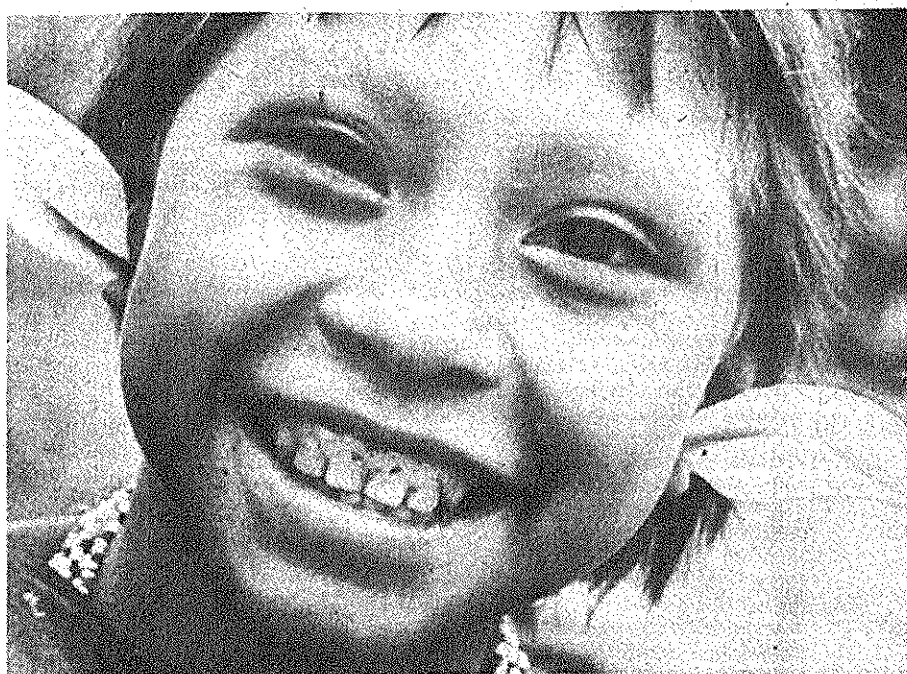
Criação de um parque yanomami depende do CSN

A criação de um parque indígena para os yanomami depende agora do resultado de estudos que estão sendo feitos pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, principalmente com relação a questões fronteiriças, já que parte dos sete milhões e 700 mil hectares interditados recentemente pelo governo para os índios está delimitada pela Venezuela.

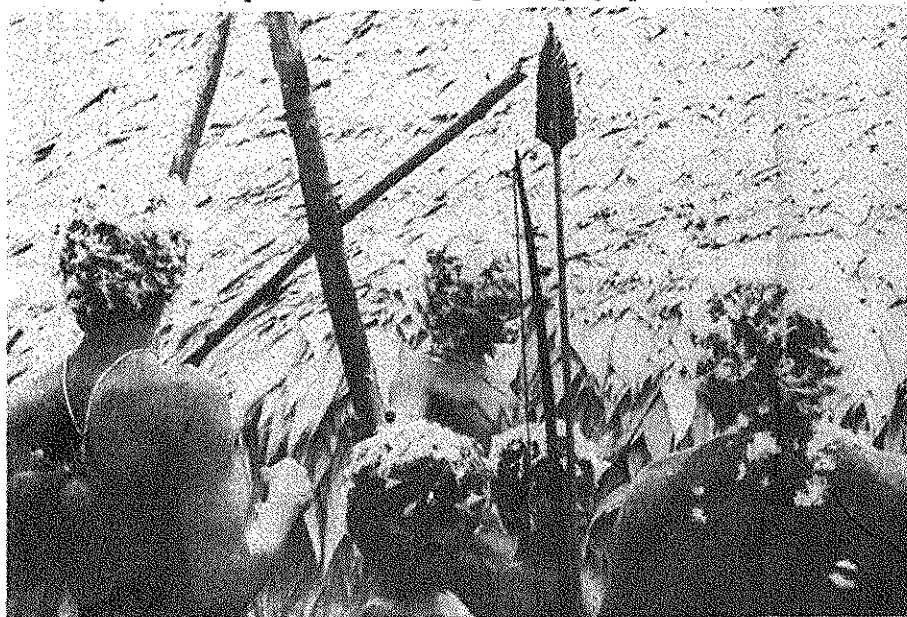
Os oito mil e 500 índios yanomami representam hoje o único grande grupo primitivo do mundo. Eles estavam sendo ameaçadas de extinção devido à invasão de seu território por garimpeiros em busca de ouro e diamante, e pelas epidemias transmitidas pelos brancos. O presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, promete pedir ao Presidente da República as verbas "para instalar o que for necessário em defesa dos índios" (Página 5)



Os yanomami vivem da caça, mas desconhecem o barco e o remo



Os yanomami representam o último grande grupo primitivo do mundo



Fotos - Cláudia Andujar

Criação de um parque yanomami depende do Conselho de Segurança

Memélia Moreira especial para o JBr

Com a interdição da área yanomami, cuja portaria foi assinada essa semana pelo ministro Mário Andreazza, a criação de um parque indígena para abrigar os 8.500 índios yanomami que vivem dentro do território brasileiro depende agora, basicamente, dos estudos que estão sendo feitos pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. A Secretaria está analisando as questões de fronteira entre o Brasil e a Venezuela, uma vez que todo o limite norte da área interditada é a faixa de fronteira com o país vizinho.

A preocupação com a faixa de fronteira tem precedentes. A própria Venezuela já enfrentou problemas num caso semelhante: em sua fronteira com a Colômbia, há um território indígena dos guajira onde os índios vivem como se fosse em outro país. O Brasil pretende evitar esse problema e algumas precauções serão tomadas, principalmente as referentes ao problema de fiscalização.

São sete milhões e 700 mil hectares, dos quais, cinco milhões localizam-se no Território de Roraima. Em toda essa área, a Funai deverá instalar cerca de 11 postos indígenas e uma ajudância que funcionará nos antigos barracões do canteiro de obras da Camargo Correa, no quilômetro 211 da Perimetral Norte.

Nesses postos deverão trabalhar «pessoas dedicadas exclusivamente com a causa yanomami», afirmou o presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal. Não trabalhar na área não apenas indígenas, mas principalmente antropólogos, sertanistas e médicos.

PRECAUÇÕES

Essas precauções estão sendo tomadas pelo coronel Leal, que considera os yanomami um grupo «especial». Segundo o presidente da Funai, esses índios «respondem a impulsos diferentes, não conhecem o remo e o barco e isso dificulta um pouco o nosso trabalho. Por essas razões vamos



colocar heróis anônimos, homens que vão trabalhar dedicados exclusivamente a essa causa».

Os homens que respondem a «impulsos diferentes» são o último grande grupo primitivo do mundo. Para eles estão voladas as preocupações de todas as entidades de defesa dos autóctones, e durante dois meses o Governo brasileiro foi «bombardeado» por pedidos vindos dos quatro cantos do mundo. Desde a Survival International, com sede em Londres, ao Musée de l'Homme de Paris ou o International Working Group for Indigenous Affairs, organização escandinava e principalmente as entidades brasileiras, para o reconhecimento do território ocupado pelos índios.

E baseando-se nessa preocupação que o ministro Mário Andreazza, em seu despacho na Presidência da República, no dia primeiro de março, afirma: «O Governo Federal está, como é de conhecimento de Vossa Excelência, empenhado em demarcar a área yanomami e em intensificar o apoio e a proteção a suas comunidades». O trabalho de reconhecimento foi feito por uma comissão integrada por representantes da Secretaria-Geral do CSN, Agência Central do SNI, Funai, Departamento de Segurança e Informação do Ministério do Interior, Funai e Força Aérea Brasileira, que, ao final de duas semanas de contato com os yanomami, recomendou a interdição da área.

Além da interdição da área a comissão recomendou ainda a implantação de estrutura administrativa destinada não apenas a coordenar ações de defesa e proteção aos yanomami mas, principalmente, marcar a presença do Estado numa área de difícil acesso e fiscalização.

E agora a Funai deverá apresentar os estudos dos gastos para a implantação dos postos, construção de campos de pouso e sistema viário dentro da área indígena. Mas, segundo o ministro Andreazza, não faltarão recursos para a Funai, «estamos dispostos a pleitear junto à Presidência da República as verbas necessárias para instalar o que for necessário em defesa desses índios».

No momento em que foi assinada a interdição, os yanomami sofriam mais uma invasão territorial provocada por garimpeiros que entram no território indígena pelo rio Urucá. Eles procuram ouro e diamante na serra de Uritana, nos rios Urucocera e Urucá. Mas essa invasão, prometem o ministro Andreazza e o presidente da Funai, «será devidamente controlada».

EPIDEMIAS

Embora possam ser controlados através de uma severa fiscalização nos postos de fronteira da área interditada, os garimpeiros começam a transmitir doenças aos índios, que só este ano sofreram duas epidemias, deixando 18 pessoas com problemas de coqueluche.

Tão logo a Funai encerre os preparativos para ocupar administrativamente a área, afirma a coordenadora da Comissão de Criação do Parque Yanomami (CCPY), Cláudia Andujar, «deve-se proceder a uma vacinação em massa para que eles possam resistir e desfrutar da área que agora foi reconhecida como de ocupação indígena».

Interesses contrariados

«Vamos incomodar muita gente importante». Essa frase é do coronel Paulo Moriera Leal, dita poucos dias antes de assumir a presidência da Funai. Ele se referia à defesa e reconhecimento dos territórios indígenas e, cinco meses depois de sua posse, o coronel cumpria a sua promessa. A interdição da área ocupada pelos yanomami incomoda «muita gente importante», mas ele conta com o apoio de companheiros seus no Conselho de Segurança Nacional onde, durante anos, o presidente da Funai se dedicava exclusivamente a estudar os problemas indígenas do país.

Os principais opositores do parque são os políticos de Roraima. Eles defendem a liberação das áreas indígenas para a exploração de minérios, principalmente na serra das Surucucus, lugar de maior concentração yanomami, onde vivem cerca de 3.500 índios. No dia da assinatura da portaria de interdição da área, um desses políticos, o deputado federal Hélio Campos, chegou a afirmar: «você sabe que eu sou contra tudo isso, que eu penso diferente. Meu objetivo é transformar estes índios em homens e não adianta dar essas terras todas, se a terra não é deles».

Além dos políticos, os yanomami começam também a incomodar os grandes empresários que já chegaram a Roraima e pretendem instalar projetos de colonização nos limites da reserva ou até mesmo dentro da área indígena.

Contra todas essas forças, desenvolveu-se uma campanha nacional e internacional para garantir a sobrevivência dos yanomami, através da criação do parque indígena, cujo primeiro passo o coronel Leal foi o principal articulador, trabalhando sem dizer nada, apenas pedindo apoio de seus companheiros do CSN.

O parque para abrigar estes indivíduos que festejam a fruta propunha e que vivem espalhados em 192 malocas entre o Amazonas, Roraima e Venezuela, poderá não ser ainda decretado neste Governo, mas a partir de agora, fica mais difícil entrar na região sagrada dos índios (a serra das Surucucus) e permanecer na área. Desde o início da semana, qualquer pessoa que entre nos sete milhões ocupados pelos índios pode ser considerado um invasor.